

As políticas de inclusão na Cracolândia de São Paulo: uma leitura a partir da antropologia do Estado¹²

Marina Mattar Soukef Nasser (USP)

Considerada a mais famosa territorialidade de uso de crack no país (Rui: 2012, 187), a Cracolândia é alvo de intervenções estatais desde seu surgimento nos anos 1990. Em 2012, o conflito erguido em torno da “Operação Sufoco”, quando policiais militares perseguiram usuários a fim de dispersar seu agrupamento, reuniu diferentes atores e grupos sociais de modo a provocar uma mudança nas formas de gestão desse espaço (Rui: 2013; Magalhães: 2016) pelo menos até o fim da administração de Fernando Haddad.

Ainda que com diversas particularidades, as intervenções até a Operação Sufoco seguiram um mesmo modelo: para dispersar a concentração de usuários, utilizaram repressão, perseguição e detenções e, nos dias seguintes, para assegurar que não houvesse reagrupamento, as forças policiais ocuparam esses pontos. O resultado: a migração da Cracolândia para ruas adjacentes onde não houvesse a repressão policial até que uma nova investida a retirasse dali. No intervalo dessas operações planejadas e de larga escala, o cotidiano nessa territorialidade era marcado por abordagens policiais constantes e rondas de dispersão (Silva, 2000; Rui, 2012; Frúgoli e Spaggiari, 2010). Essas operações também se caracterizaram por se articular com intervenções urbanas, que sob o discurso de “revitalização do bairro”, buscavam alterar os sentidos e formas de apropriação do espaço urbano, realizando desapropriações e demolições de estabelecimentos como cortiços, pensões e hotéis.

Ao redor da Operação Sufoco, se construiu um intenso debate sobre os possíveis caminhos para lidar com a questão do uso e da venda da droga, da vida nas ruas, da saúde coletiva, da moradia, entre outros temas que incidem na vida da chamada “população de rua” e dos usuários de crack na região. Como apontam Rui (2013) e Magalhães (2016), os conflitos erguidos em torno dessa operação foram responsáveis por reconfigurar o campo político da Cracolândia, criando as condições de possibilidade para a emergência de outras

¹ O presente paper será apresentado no V ENADIR, GT.9 “Antropologia do Estado”.

² Esse artigo foi fundamentado em diversos capítulos de minha pesquisa de mestrado, intitulada “No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia” (Nasser, 2016).

³ Essa é uma questão que está no cerne dos debates contemporâneos sobre novas formas de controle gestão dos espaços urbanos, sendo tratada no projeto temático “A gestão do conflito na cidade contemporânea”, coordenado

² Esse artigo foi fundamentado em diversos capítulos de minha pesquisa de mestrado, intitulada “No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia” (Nasser, 2016).

formas de gestão deste espaço e desta população, que se manifestaram na expansão dos serviços, organizações e programas assistenciais e de saúde de 2013 até pelo menos 2016.

Foi nesse contexto que o programa estatal Recomeço (2013) e o municipal De Braços Abertos (2014) surgiram. Com vertentes e escopos distintos, ambos se instalaram no território da Cracolândia com tendas de atendimento e dezenas de trabalhadores, oferecendo diferentes tipos de serviços e assistência a população desse espaço.

Essa apresentação tem como objetivo discutir uma operação para inclusão de beneficiários De Braços Abertos, realizada pela Prefeitura de São Paulo em abril de 2015, a partir da experiência de uma jovem excluída do programa municipal. Procuo tratar dos modos de funcionamento, práticas e categorias acionadas pelos agentes nessa intervenção ao selecionar as pessoas a serem incluídas no projeto, problematizando a noção de vulnerabilidade, bem como seus efeitos na trajetória dessa personagem, que ao ser excluída do programa, passa a circular por diversos espaços urbanos sem conseguir se estabelecer e reflete sobre sua experiência a partir da imagem do labirinto. A partir de referências da Antropologia do Estado (Das: 2007; Das e Poole: 2008; Poole: 2004; Telles: 2012), analiso os achados de pesquisa a partir do conceito de ilegibilidade do Estado, enfatizando os modos pelos quais a personagem constrói suas experiências nas diversas instituições pelas quais passa. Também discuto o poder discricionário de determinados operadores estatais que dispõem da autoridade, ainda que momentânea, de decidir os modos de aplicar as normas e regulamentos no momento de selecionar aqueles que entram ou não no programa.

Partindo do percurso dessa personagem, argumento que o Estado produz espaços e territorialidades como a Cracolândia, ao induzir e condicionar o movimento de diversos sujeitos, permitindo ou não sua permanência, como forma de gestão do espaço urbano (cf. Proj temático). Ou seja, isso implica em analisar as operações endereçadas a essa territorialidade em conjunto com a gestão de outros espaços da cidade³.

Espectros de uma operação

A mesa com suas cartolinas, canetas e lápis coloridos, máquina de escrever, folhas sulfite, exemplares de jornais, estava pronta. Ficava em frente à tenda do De Braços Abertos,

³ Essa é uma questão que está no cerne dos debates contemporâneos sobre novas formas de controle gestão dos espaços urbanos, sendo tratada no projeto temático “A gestão do conflito na cidade contemporânea”, coordenado pela profa. Vera Telles, e do qual essa pesquisa faz parte. Como aponta o projeto, citando Landauer (2009), essa nova forma de governo não parece mais ser regida “pelos imperativos de fechamentos, proteção e controles em torno de supostos espaços criminogênicos e lugares de concentração das “classes perigosas” (ou sob suspeição), mas sim de gestão das mobilidades e seus fluxos, das circulações e deslocamentos nos espaços urbanos” (8). Para saber mais sobre essa literatura, consultar o projeto temático.

no meio da rua, bem próxima ao *fluxo*⁴, onde toda semana era montada. Sempre chegavam pessoas pra contar, escrever ou ver sua história escrita ou desenhada em uma folha de papel. Mas, nesse dia, ninguém chegava. A poucos metros dali, uma briga entre dois homens tem início – um dos agentes estatais comenta, em tom baixo, que o clima estava péssimo. Eu comento que o *fluxo* estava muito cheio, com o maior número de pessoas que já havia presenciado desde o início da pesquisa. Então me contam que há uma operação programada para o dia seguinte: irão retirar as barracas do *fluxo* e as pessoas estão muito tensas com isso, desde aqueles envolvidos nas atividades relacionadas ao tráfico de drogas até pessoas em situação de rua, usuários de crack ou não. A conversa seguiu, mas os agentes pareciam ter muita cautela em não serem ouvidos.

A administração municipal havia lhes avisado da operação naquele dia mesmo, bem na véspera, e eles se sentiam em uma posição muito desconfortável. Pois representar o Estado em uma situação dessas era bastante complicado: os frequentadores da Cracolândia com quem haviam estabelecido algum tipo de relação ficavam desconfiados, e os outros, mais ainda. Dava para entender por que, naquele dia, as oficinas e atividades do programa municipal permaneciam vazias.

Os rumores sobre a investida estatal já tinham se espalhado pelo *fluxo* e entre as instituições estatais. Por mais que os orientadores, aqueles agentes de colete verde e azul, tentassem explicar que a operação iria apenas desmontar as barracas para incluir as pessoas no De Braços Abertos, o clima era de tensão. À boca pequena, os agentes estatais comentavam que, no *fluxo*, estavam dizendo que se houvesse repressão e despejo, haveria também “pau”, isto é, eles resistiriam ao máximo e iria sobrar para quem estivesse perto. Não se sabia quem dizia isso, nem qual operador trouxe essa informação vinda do *fluxo*, mas todos ao meu redor começaram a repeti-la e contá-la para outros. Eu mesma, quando cheguei nesse dia à Universidade de São Paulo para um encontro com meu grupo de pesquisa, passei essa informação a meus colegas.

Toda a memória, experienciada ou transmitida, sobre as operações passadas em que prevaleceu a repressão policial, parecia ter sido recuperada. A visão daqueles que viviam na Cracolândia sobre o aparato de cuidado ali estabelecido se deslocou: naquela situação, os agentes estatais, incluindo os da ponta, não representavam mais proteção, mas uma ameaça

⁴ A concentração de pessoas nas vias públicas que fumam, compram ou vendem o crack é denominada, na Cracolândia, de “fluxo”.

latente. Ser reconhecido como sendo do Estado, naquele dia, não era nada bom. Era estar do lado oposto ao dos frequentadores da Cracolândia.

E os operadores estatais com o mínimo de experiência anterior sabiam disso. Por isso, naquele dia, não estavam agindo como normalmente: ninguém havia entrado no *fluxo*, nem tentado chamar pessoas para a oficina – uma atividade normal e rotineira se tornara perigosa em sua percepção. Estavam quietos e era melhor ficar assim. Sentiam que a operação podia estragar todo o trabalho desenvolvido com os usuários de crack por detonar as relações de confiança tão difíceis de serem tecidas. E eles, “agentes da ponta”, não tinham nada a ver com a operação: nem lhes consultaram e mal lhes avisaram. Nem sabiam responder como seria a operação; só sabiam que haveria uma e que seu objetivo era desmontar os barracos. Como isso seria feito? Não faziam ideia, e assim como os moradores da "cracolândia", era isso o que temiam.

Os agentes da ponta compartilhavam das mesmas dúvidas que os frequentadores da Cracolândia e, assim como eles, estavam imersos em um mar de narrativas sobre experiências anteriores combinadas com suposições sobre o que aconteceria no dia seguinte. Enquanto conversávamos, alguns dos agentes estatais mais antigos na região atualizavam falas ditas na ocasião da Operação Sufoco, sem necessariamente mencionar esse episódio. Um desses operadores repetiu uma frase que meses antes havia me dito em uma entrevista sobre a investida de 2012: “eles falam pra gente: agora vamos ver em que lado vocês estão”⁵. Não dava para saber se ele contava da operação de três anos atrás ou se o mesmo havia acontecido naquele dia. Da mesma forma, o receio sobre a impossibilidade de continuar o trabalho desenvolvido e de ruptura dos “vínculos” construídos parece ecoar uma das principais denúncias sobre os problemas da Operação Sufoco (cf. Magalhães: 2016).

Ninguém sabia nada ao certo, mas informações se proliferavam a cada momento. E ao comunicar, todos os atores envolvidos nas dinâmicas sociais daquele espaço também passavam a produzir aquele evento (Das: 2007, 108). Essa cena etnográfica explícita que, em

⁵ Em artigo sobre a atuação estatal na cracolândia de São Paulo, Taniele Rui (2012) relata que após ter sido vista conversando com um membro da Guarda Civil Metropolitana, foi questionada por um usuário: “nós é que somos seus amigos. De que lado está, afinal?” (ibidem, 339). A autora também recupera o texto de um médico, membro da equipe do Programa de Saúde da Família atuante na região, no qual ele se posiciona “do lado DELES. Contra a polícia” (ibidem, 345).

determinadas situações, as práticas estatais estão imersas em um campo de indeterminação e incerteza, de tal modo que nem mesmo seus próprios agentes conseguem apreendê-las.

Campo de indeterminação

Selecionar os “mais vulneráveis”. Essa foi a explicação que os agentes estatais receberam de seus superiores sobre como seria a escolha dos novos beneficiários do De Braços Abertos durante a operação de abril de 2015. Cerca de duas semanas antes da investida, os orientadores⁶, sejam eles dos hotéis ou da tenda, receberam a incumbência de inscrever pessoas que desejavam entrar no programa. Sua prioridade era conversar com aqueles que dormiam nos barracos instalados no fluxo, mas também recebiam interessados na tenda. A inscrição consistia na realização de uma entrevista, na qual seguiam um roteiro com perguntas definidas a fim de determinar a *situação*⁷ da pessoa, como me explicaram algumas vezes. Isso significava aferir se a pessoa estava em situação de rua e se sim, há quanto tempo; se estava fazendo uso de crack, álcool ou outras drogas e se sim, qual quantidade diária e por quanto tempo; se era portador de alguma doença ou condição especial; há quanto tempo estava na Cracolândia; entre outros. Segundo alguns agentes, muitos dos entrevistados, no entanto, mentiam ou não respondiam as perguntas de forma adequada, tentando diminuir o número de pedras que fumavam ou diminuir o tempo que moravam nas ruas, por terem vergonha de sua “situação” ou por acreditarem que essa “situação” lhes seria prejudicial para a seleção do De Braços Abertos. Dessa forma, os orientadores recebiam instruções de escrever um relato detalhado sobre a entrevista, contendo a descrição corporal da pessoa e suas impressões acerca dessa⁸ além de responder todas as questões da ficha com as informações fornecidas pelo entrevistado, escrever um relato detalhado sobre a entrevista, contendo a descrição corporal da pessoa e suas impressões acerca dessa.

⁶ Em pesquisa de doutorado sobre territorialidades de consumo de crack, Taniele Rui (2012) observa o uso da expressão “nessa situação” por muitos usuários quando não querem encontrar com seus familiares, conhecidos ou redutores de danos por estarem em condições que não consideram adequadas (Rui: 2012, 251). Há, segundo a autora, no emprego dessa expressão, uma forma de referência muito negativa e um pressuposto de que é evidente o que significa estar “nessa situação” (ibidem, 262). Explorando diversos casos e relatos etnográficos, Rui aponta que o termo se refere a determinadas marcas corporais, como sujeira, dentes e dedos marcados, lábios machucados, voz rouca e perda de peso, relacionadas tanto a morar nas ruas quanto ao consumo de crack, que são muito difíceis de esconder (ibidem, 272). Ou seja, os usuários de crack refletem sobre sua própria situação “e por vezes se envergonham dela; eles tentam tomar distância do próprio corpo; e, principalmente, eles se vêem em relação e em perspectiva a supostos “você”, também a imaginados pensamentos e desejos dos outros” (ibidem, 249).

⁸ Aqui é interessante notar que enquanto os usuários, como observou Rui (2012), procuram esconder sua “situação”, os agentes estatais procuram revelá-la por meio de perguntas e observações detalhadas, criando instrumentos e meios de evidenciar a condição do entrevistado.

Esses documentos foram encaminhados para um conselho, composto por membros de hierarquia mais alta das equipes de Assistência Social e Saúde, que realizaram a triagem, isto é, selecionaram segundo o critério da vulnerabilidade aqueles que entrariam ou não no De Braços Abertos⁹.

Ou seja, a escolha propriamente dita não é de responsabilidade dos orientadores. Mas a forma pela qual conduzem a entrevista de inscrição e registram as informações transmitidas pelo entrevistado é fundamental para o processo decisório. Como me explicou uma agente, eles não fazem a seleção, mas são o primeiro “filtro” por serem incumbidos de repassar os dados. Nesse processo de inclusão de alguns e exclusão de outros no De Braços Abertos, a coordenação do programa decide os critérios de seleção – no caso, a “vulnerabilidade” -, a chefia da ponta realiza a “triagem” segundo essa categoria e os orientadores, que são os agentes da ponta, fazem a primeira seleção. É aí que reside o poder discricionário “da ponta”¹⁰ tanto de seus agentes quanto da chefia: ambos definem as características de “vulnerabilidade” e quem é o “vulnerável”¹¹.

Não se trata de afirmar que esses operadores possuem espaço para interpretar as regras e critérios definidos pela política do programa ao implementá-la, mas sim de compreender que eles também fazem parte dessa produção (Fassin, 2015, 5). Essa é uma distinção importante feita por Didier Fassin (ibidem) ao discutir o estatuto desses agentes a partir de uma série de pesquisas sobre serviços estatais, desde aqueles de Assistência Social até os de Justiça. O autor se distancia das interpretações vinculadas aos estudos institucionalistas da Ciência Política que interpretam o poder discricionário dos agentes estatais dentro do escopo da implementação individual. Assim, para Fassin, enquanto a política das instituições define o trabalho do operador, é este último que dá conteúdo à essa política (ibidem, 7).

Esse episódio evidencia aquilo que Fassin (2012) denomina de “escolhas trágicas” que devem ser tomadas por agentes de instituições estatais toda vez que precisam alocar recursos e decidir quem está incluído ou não no programa. Em sua agenda de pesquisa, o autor procura

⁹ Depois dessa operação, no entanto, foi criada uma nova instância, de caráter permanente, para realizar essa seleção, mas o princípio, segundo fui informada, continua o mesmo.

¹⁰ Trabalhadores “da ponta” é a forma pela qual esses próprios agentes se denominam por realizarem o contato direto com a população atendida.

¹¹ Michel Agier (2010, 2011) faz uma discussão bastante interessante sobre a aplicação da categoria de “vulnerabilidade” em contextos de ajuda humanitária, como campos de refugiados. O autor aborda como na prática cotidiana dos programas de assistência, a figura da vítima universal, basilar da ajuda humanitária, se desfaz e os indivíduos têm seus direitos assegurados segundo sua classificação em determinadas categorias (2010, 39), com graus diferentes de “vulnerabilidade”.

compreender quais os critérios, categorias e avaliações morais postas em prática por esses atores no momento discricionário de escolha.

É a partir dessa ideia que procuro compreender o papel desenvolvido pelos agentes da ponta na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Mesmo com escopo de atuação delimitado, são eles que identificam as características de “vulnerabilidade” e definem os “vulneráveis”. Infelizmente, não tive a oportunidade de acompanhar o processo de inscrição e triagem, mas, a partir de dados coletados durante a etnografia, desenvolvo algumas reflexões acerca dessa categoria, me apoiando também na pesquisa de Rui (2012).

Quem eram os mais “vulneráveis” em um contexto como o da Cracolândia, em que grande parte das pessoas está em situação de rua, é egressa do sistema penal, possui apenas empregos precários e faz uso constante do crack e outras drogas?¹² Como fazer essa seleção?

Conforme operadores me explicaram depois, o De Braços Abertos construiu seu foco em pessoas em situação de rua que fazem uso de crack, de modo que, para entrar no programa, essa articulação de fatores era necessária. Assim, nesse caso, vulnerável significava, sobretudo, pessoas que faziam uso abusivo do crack, fumando dezenas de pedras por dia, sobretudo se conjugado a uma situação de rua prolongada. Também pessoas ditas em situação de risco, como mulheres grávidas ou com filhos menores de idade, portadores de alguma doença ou condição especial, entre outras categorias.

Sobre a importância de fazer observações para além das perguntas pré-determinadas, um agente me contou: “tem vezes que as pessoas dizem que fumam, no máximo, uma pedra por dia, mas a gente percebe que é bem mais que isso. Mas não podemos falar pra eles que isso não ajuda a entrar no programa, então caprichei no relato”. Ele se refere a um saber discutido por Daniel Cefai (2010) como sendo fundado na experiência (ibidem, 96) e “ancorado nos corpos, que captam indícios e que os organizam, progressivamente, em configurações de sentido” (ibidem, 72). A partir de uma abordagem fenomenológica, o autor procura compreender o conhecimento envolvido no trabalho cotidiano de agentes de saúde que atendem a população em situação de rua em Paris. Depois de acompanhar uma equipe, Cefai (ibidem) conclui que seu aprendizado profissional diz muito mais respeito a percepção e

¹² Esse perfil foi observado em diversas pesquisas de cunho qualitativo (Rui: 2012; Gomes e Adorno: 2011; Adorno et al: 2013) e mais recentemente, em pesquisa conduzida pela Open Society com beneficiários do De Braços Abertos. Nesta última, constatou-se, por exemplo, que 66% dos entrevistados já foi pelo menos uma vez preso. Para saber mais, ver a reportagem “Cracolândia vira alvo de disputas políticas, econômicas e sociais” da Folha de São Paulo, 21/08/2016.

sentidos relacionados à prática do que as instruções transmitidas. Sobre os diagnósticos, ele afirma:

“a maioria dos elementos levados em conta não são claramente explicitáveis e não aparecem nos formulários da enfermeira ou da assistente social ... a maneira de falar, o ritmo e o timbre da voz são indícios sensíveis do estado de uma pessoa” (ibidem, 97).

Nesse contexto de entrevistas rápidas, em uma operação marcada pela urgência, reconhecer o consumidor abusivo de crack implica, portanto, em visualizar as marcas corporais desse tipo de uso. Segundo Rui, a característica do “abjeto” está diretamente imbricada a formas de classificação por utilizar categorias para definir o corpo de uns, distinguindo-os de outros. Baseando-se na teoria de Alba Zaluar sobre a exclusão, Rui desenvolve essa ideia em um pressuposto, que afirma guiar toda sua tese: “é o corpo imaginado do *nóia* que radicaliza a alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão” (ibidem, 9). Como a autora explica, na esteira de Zaluar, toda classificação produz exclusão e isso é uma questão de ordem teórica, sendo necessário analisar como se manifesta na prática política.

Essa ideia é bastante importante para analisar a operação de abril de 2015, pois explicita que a classificação das pessoas da Cracolândia em graus de vulnerabilidade implicou na inclusão de alguns no programa e na exclusão de outros como Raísa, considerados não vulneráveis o bastante. Ou seja, as categorias e os indicativos utilizados para selecionar e organizar as pessoas que vivem na Cracolândia são políticas, por criarem grupos e sujeitos, clivagens e desigualdades, que provocam efeitos concretos nas trajetórias individuais e relações sociais.

Entre a ameaça e a proteção

No dia 29 de abril de 2015, a Prefeitura de São Paulo conduziu uma operação que retirou barracos instalados no *fluxo*, deslocando-o para uma rua adjacente, incluiu 150 pessoas no programa De Braços Abertos e encaminhou outras para diversos serviços municipais. Alguns funcionários da limpeza urbana jogavam em um caminhão as lonas, madeirites, colchões e cobertores sob a proteção da Guarda Civil Metropolitana, desmontando as barracas do *fluxo*. Logo atrás desse grupo, vinha outro com mangueiras nas mãos, jogavam fortes duchas de água com desinfetante no chão e na calçada recém desocupadas. Pessoas circulavam a todo momento, em passo rápido, levando suas coisas daquela esquina antes que fossem jogadas no caminhão da limpeza. Alguns contavam com o auxílio de carrinhos de

supermercado e carroças, outros se equilibravam para conseguir colocar tudo nos braços. Tinham de ser rápidos.

Do outro lado da calçada, os agentes de colete verde e azul da Assistência Social do programa passavam apressados com pranchetas repletas de listas pela rua. Eram nesses papéis que constavam os nomes de quem deveria entrar no De Braços Abertos e, por exclusão, de quem estava fora. “Tô na lista?”, “tô dentro?”, “meu nome tá aí?”, os orientadores eram interpelados a todo momento. Alguns rostos desesperados indicavam aqueles que haviam perdido o barraco e não sabiam onde iriam dormir naquela noite, porque também não figuravam entre os novos beneficiários do programa. Hotel, trabalho remunerado, cursos, assistência, saúde e bom-prato, os benefícios do De Braços Abertos permaneciam restritos a alguns: ali na cracolândia tinha muito mais gente do que as 150 novas vagas abertas pela prefeitura.

Foi nesse contexto que encontrei Raísa. Com seus pertences na mão, ela parecia desconcertada, pois não constava na lista dos novos beneficiários do programa municipal. Algo que não conseguia compreender: ela havia se inscrito como lhe informaram. Um de seus amigos de rua, que dormia ao lado de seu colchão, tinha entrado nessa nova leva. “Como escolheram ele e não eu?”, questionou, “Só porque ele fez cara de dó e chorou que elas botaram ele. Mas eu não vou me humilhar!”, repetia.

Eu tento saber mais informações sobre como selecionaram esses nomes, ela não sabe dizer, mas conta que tinha uma inscrição prévia na tenda, que ela havia feito. Raísa decide tentar conversar com outros agentes da assistência social para entender melhor a situação com a esperança de revertê-la; eu a acompanho. Mas nem eu nem ela sabemos ao certo para onde ir ou com quem falar. Naquele dia, nada estava seguindo os procedimentos cotidianos: os orientadores estavam muito ocupados para qualquer conversa, havia um mar de pessoas entre agentes do estado, jornalistas, curiosos, usuários, moradores em situação de rua, em um trânsito frenético.

Encontramos uma das chefes do programa, que interrompeu Raísa assim que ela começou a explicar sua situação, perguntando se seu nome estava na lista. Ao ouvir não, a assistente sai andando e eu lhe pergunto sobre como entrar no De Braços Abertos. Com a lista na mão e de forma apressada, ela diz que se Raísa não consta entre os novos beneficiários é porque não se inscreveu na tenda ou não era da Cracolândia.

Raísa fica indignada e ironiza: “não, não sou daqui não. Só tô na rua há 16 anos” e eu acrescento que ela se inscreveu e mora na rua, mais especificamente na região da “cracolândia” há meses. “É um programa para usuários de crack”, responde Tereza e sai andando. “E agora, eu tenho que usar crack pra poder entrar em um programa?”, reclamou Raísa, “não basta ter conseguido parar de usar sozinha?”.

Alguns agentes da Assistência Social que eu conhecia por conta da pesquisa tentaram ajudar, pensando em formas possíveis de encaixá-la no programa. Um deles perguntou a Raísa se ela possuía filhos ou se estava grávida, pois assim conseguiriam uma vaga especial. Ela, novamente, riu de forma irônica e falava “agora eu tenho que ter filho *nessa situação*¹³ pra conseguir as coisas?” e seguia me falando sobre o absurdo de tudo aquilo: “olha lá como tão os filhos da Flora... você acha mesmo que eu vou ter filho aqui pra não conseguir cuidar e passar necessidade?”, se referindo a uma amiga da vida nas ruas. Nesse mesmo dia, o Conselho Tutelar levou os dois meninos, que não tinham mais do que 5 anos. Mais do que indignação, ela experimentava a sensação de injustiça de não ter seus direitos garantidos, enquanto outras pessoas, em uma *situação* muito semelhante à sua, tinham.

Olhamos para a rua mais à frente e percebemos que o rapa já havia concluído seu trabalho na antiga territorialidade do *fluxo* e agora, avançava para os colchões, cobertores e roupas estendidos ao longo da parede vizinha a tenda do De Braços Abertos. Lá estavam os pertences de Raísa e corremos para ela não perder nada.

Raísa não conseguia entender os critérios e procedimentos empregados pelos agentes estatais na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Como alguns de seus companheiros de rua haviam entrado e ela não? Sua condição de morar nas ruas há 16 anos não bastava para ter direito ao programa municipal? Precisaria agora estar grávida ou ser mãe? Em tom irônico e furioso, Raísa parecia reconhecer que, na perspectiva do De Braços Abertos, sua situação real de vítima não era suficiente: ela precisaria estar em uma condição

¹³ Em pesquisa de doutorado sobre territorialidades de consumo de crack, Taniele Rui (2012) observa o uso da expressão “nessa situação” por muitos usuários quando não querem encontrar com seus familiares, conhecidos ou redutores de danos por estarem em condições que não consideram adequadas (Rui: 2012, 251). Há, segundo a autora, no emprego dessa expressão, uma forma de referência muito negativa e um pressuposto de que é evidente o que significa estar “nessa situação” (ibidem, 262). Explorando diversos casos e relatos etnográficos, Rui aponta que o termo se refere a determinadas marcas corporais, como sujeira, dentes e dedos marcados, lábios machucados, voz rouca e perda de peso, relacionadas tanto a morar nas ruas quanto ao consumo de crack, que são muito difíceis de esconder (ibidem, 272). Ou seja, os usuários de crack refletem sobre sua própria situação “e por vezes se envergonham dela; eles tentam tomar distância do próprio corpo; e, principalmente, eles se vêem em relação e em perspectiva a supostos “vocês”, também a imaginados pensamentos e desejos dos outros” (ibidem, 249).

ainda pior. Então, ela afirmava que “não iria contar sua triste história” a fim de causar algum tipo de compaixão na equipe de Assistência Social para conseguir a vaga.

Na interpretação de alguns autores (Das, 2007; Poole, 2004; Das e Poole, 2008), não se trata de uma ilegibilidade em decorrência da falta de compreensão de regras, instituições e regulamentos por pobres ou iletrados, mas de uma forma constitutiva do poder do Estado, mais especificamente na execução de normas e leis. Seguindo os apontamentos de Poole (2004, 36) e Das (2007, 175), podemos dizer que o campo de indeterminação se dá nas brechas entre as regras, critérios, medidas e sua execução. Isto é, na interpretação e aplicação desse corpo escrito de regulamentações e leis, o que coloca em evidência o poder do Estado acionado pelos seus agentes nas práticas cotidianas.

No desconcerto de Raísa, há, por um lado, o reconhecimento de um Estado que se faz ilegível (Das: 2006; Das e Poole: 2008; Poole: 2004; Telles: 2012), e por outro, uma recusa entrelaçada a um saber experimental (Cefai: 2010, 72). Ela não compreende as regras envolvidas na escolha dos novos membros do programa municipal, mas sabe que teria mais chances de conseguir a vaga se construísse uma narrativa sobre sua trajetória de forma específica, apelando para seu sofrimento a fim de provocar pena nos agentes estatais. Também sabe que não quer voltar ao albergue, mas naquela situação, não vê outra alternativa. Esses dois pontos serão trabalhados na análise dessa cena etnográfica.

As dúvidas de Raísa ecoam as de Irene, uma moradora relatada por Silva (2011) que teve sua casa removida enquanto bairros vizinhos, em condições muito semelhantes, passaram pelo processo de regularização. “Por que que a gente vai sair, se nós somos moradores iguais a todo mundo?” (ibidem, 100), questionava ela. Os critérios que fazem com que pessoas tão semelhantes recebam tratamentos distintos pelo Estado são ininteligíveis para ambas.

O Estado é vivido por Raísa e Irene de forma semelhante: o Estado que esperam que irá promover sua proteção e direitos é o mesmo que cria a desordem em suas vidas. Ainda assim, é para essa entidade que ambas as personagens recorrem quando tudo parece desmoronar. Irene liga para a Polícia Militar no momento de sua remoção na esperança de alguma reversão do processo (ibidem, 101) e Raísa, com todos seus pertences na mão, sai em busca de algum agente que possa lhe dar sua vaga. Constroem, assim, uma experiência incerta e ambígua, na qual o estado aparece tanto como aquilo que se teme quanto que se deseja, para usar uma formulação de Nelson (cf. Das e Poole: 2008, 39).

Na proposta de Poole (2004), trata-se do momento suspenso entre a lei e sua execução, no qual o poder do Estado é sentido como movendo-se entre a *ameaça* e a *garantia*. Assim, se, como já discutido, a aplicação das regras estatais está imersa em um campo de indeterminação e ilegibilidade própria de seu modo de funcionamento, no qual se explicita o poder discricionário de certos atores sobre como empregar ou não a lei, Poole (2004) acrescenta que esse intervalo de tempo é também experimentado por aqueles sobre quem o poder estatal recai. É esse momento que vemos decorrer quando Raísa busca saber se seu nome consta ou não na lista, fugindo dos agentes da limpeza urbana que apreendem os pertences de quem mora nas ruas e esperando sua inclusão no rol dos novos beneficiários do De Braços Abertos.

Ao fim dessa jornada, Raísa entra em um dos veículos da Central de Atendimento Permanente (CAPE)¹⁴ em direção ao albergue municipal para o qual foi encaminhada por uma assistente social. No carro, estavam outras pessoas em situação semelhante à sua, não incluídas no De Braços Abertos e indicadas para outros programas assistenciais do município.

Encaminhada para circular

A opção de voltar a dormir em um albergue não agradava Raísa por várias razões: alta incidência de doenças, como tuberculose; os horários estritos de entrada e saída; a burocracia diária e as muitas regras institucionais; as condições precárias das instalações, entre outras¹⁵. Ela apenas mudou de ideia e aceitou a proposta depois de a orientadora lhe garantir que sua vaga seria fixa. Quando chegou ao albergue, Raísa logo descobriu que a promessa não fora cumprida: estava no albergue como “pernoite”, o que implicava em um deslocamento urbano diário de Raísa que lhe tomava (quase) todo o tempo livre e rendia muita tensão.

Mas, ela ficou pouco menos de um mês nessa situação. Depois de se envolver em uma trama de afetos e brigas com outras moradoras, ela foi expulsa dali. Passou a se relacionar, então, com um jovem e se mudaram para uma maloca em uma rua próxima a um centro assistencial para população de rua. Em pouco menos de um mês, se mudaram para uma ocupação na zona norte, onde Raísa não se adaptou.

¹⁴A CAPE constitui um sistema de transporte municipal composto por kombis com a finalidade de encaminhar pessoas a outros serviços, albergues, clínicas psiquiátricas, ou hospitais. Para saber mais, ver De Lucca (2007, 184).

¹⁵A recusa do albergue é bastante comum entre as pessoas em situação de rua. As razões apontadas por Raísa ecoam a de muitos usuários desses serviços. Ver, por exemplo, a reportagem “Por que as pessoas em situação de rua em SP não querem ir para os abrigos mesmo durante o inverno?” da Revista Vice, julho de 2015.

Enquanto conversávamos, Raísa desabafou: “é como se estivesse em um *labirinto* e não conseguisse sair”.

Quando perguntei sobre o caso de Raísa para um pessoa responsável por coordenar o trabalho dos orientadores da Assistência Social, ela me explicou que esses agentes seguem um fluxograma previamente definido ao realizar seus encaminhamentos. Por não se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade do De Braços Abertos, mas estar morando nas ruas, Raísa foi categorizada como “em situação de rua”, sendo encaminhada para a rede de serviços destinada a esse público em uma região próxima à da Cracolândia. Conhecendo a trajetória de Raísa, de viver nas ruas desde criança, não ter escolaridade e não fazer uso de drogas ou álcool, a orientadora procurou encaixá-la nos programas e instituições disponíveis que acreditava cumprir com suas necessidades.

Segundo essa perspectiva, não há nada de labiríntico no encaminhamento da orientadora; pelo contrário, há uma racionalidade em entender a particularidade dos casos e seus principais problemas, a fim de definir um projeto de assistência. Por esta razão, a agente estatal inscreveu Raísa em um centro assistencial com programas educacionais para pessoas semi-analfabetas e auxílio para inscrição em programas de transferência de renda, assim como não se preocupou em afastá-la da cracolândia, uma vez que não possuía problemas com consumo de drogas, de modo a colocá-la em instituições próximas ao bairro da Luz.

O fluxograma de governo perde, no entanto, seu sentido ordenado e coerente quando posto em prática. As etapas encadeadas e bem delimitadas visando a resolução dos problemas de Raísa acabam se tornando um labirinto confuso do qual ela não vê saída alguma. Supostamente criado para lhe ajudar a superar certas dificuldades, como a falta de moradia e qualificação profissional, o percurso induzido pelo encaminhamento somente cria outras dificuldades, que, na perspectiva de Raísa, parecem ser ainda mais complicadas. Pois, ao não se enquadrar nas categorias vigentes de programas e instituições, que Raísa é induzida a circular incessantemente em uma malha de serviços assistenciais, passando por várias denominações. Sem compreender os motivos pelos quais alguns ganham a prerrogativa de permanecer nos espaços governamentais e outros, como ela, são encaminhados a transitar, ela recorre à imagem do labirinto para descrever sua vida. Sua experiência nessas instituições – os programas da Cracolândia, o albergue, o centro de convivência, o complexo assistencial – permite compreender esses lugares dentro de uma racionalidade de governo das populações e espaços urbanos por meio da gestão de circulação. São pontos de triagem, nos quais a partir de determinados critérios, decide-se quem entra e quem sai; quem pode se fixar, quem deve

ser encaminhado e para onde, seguindo uma lógica de distribuição das pessoas no espaço urbano.

Dispersar e concentrar

Em janeiro, a gente mostrou o começo da Operação De Braços Abertos: a Prefeitura ofereceu trabalho e hospedagem para os dependentes químicos saírem das ruas e tirou os barracos que ficavam perto da Sala São Paulo. Mas, a tranquilidade durou pouco ... a situação voltou a ficar insuportável.

O programa televisivo SPTV, da Rede Globo, deu um “furo” jornalístico e publicou antes de qualquer outro veículo de imprensa a notícia de que novos barracos eram erguidos na Cracolândia. A reportagem, do dia 19 de novembro de 2014, poucos meses antes do programa municipal completar um ano, já fazia um balanço negativo de sua eficácia: o número de pessoas no *fluxo* aumentou, ao contrário do esperado pela gestão¹⁶. Não demorou muito para a notícia repercutir e se desdobrar em novas matérias de outros jornais nas semanas seguintes¹⁷.

Em resposta, a Prefeitura de São Paulo emitiu nota afirmando que esse crescimento estava “diretamente ligado à continuada oferta de drogas na região” e, portanto, constituía, um problema da alçada do Governo do Estado que, lembrava, havia diminuído o efetivo policial na região¹⁸. As acusações foram respondidas pela administração estadual que declarou ter na cracolândia “o maior efetivo por metro quadrado do Estado”¹⁹.

Roberto Porto, então secretário de Segurança Urbana do município, atribuiu o aumento do tráfico na Cracolândia à migração de traficantes despejados em uma operação no Parque Dom Pedro II, em setembro. Na narrativa das autoridades municipais, a constatação de que há mais barracos e pessoas no *fluxo* se transforma em uma denúncia do aumento de tráfico.

A situação se desenrolou durante meses até a operação de abril de 2015 que desmontou os barracos e deslocou o *fluxo*.

¹⁶ Ver “Cracolândia volta a ocupar rua no centro de São Paulo”. SPTV, 19/11/2014. Disponível no link: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/cracolandia-volta-ocupar-rua-no-centro-de-sao-paulo.html>

¹⁷ Ver, por exemplo, “Reinaldo Azevedo fala sobre a Cracolândia na gestão Fernando Haddad”. Jovem Pan, 20/11/2014. “Grupo resiste em sair da Cracolândia, diz Haddad”. R7, 24/11/2014. “Grupo usa de violência para montar barracos, diz Haddad”. G1, 24/11/2014. “Operação falha na Cracolândia”. Jovem Pan, 25/11/2014. “Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na Cracolândia”. Folha de São Paulo, 10/12/2014. Um contraponto a grande parte das reportagens é o texto “O fracasso da política de Guerra às drogas em poucos quarteirões da cracolândia”, de Bruno Paes Manso, publicado no dia 25/11/2014.

¹⁸ Ver “Haddad diz que faltam policiais na Cracolândia; PM nega”. Folha de São Paulo, 20/11/2014. Nessa linha de acusações, o prefeito Fernando Haddad escreveu, em sua conta oficial de Twitter: “Crack: cobram da União a fiscalização de 17 mil km de fronteiras contra a droga, mas as polícias locais não controlam um quarteirão da LUZ”. Ver “Em rede social, Haddad critica policiamento na cracolândia”. Folha de São Paulo, 21/11/2014.

¹⁹ Magalhães remonta esses episódios, tratando, inclusive, dos pactos estabelecidos entre os governos municipal e estadual a fim de supostamente combater o tráfico na Cracolândia.

As descrições da imprensa e as respostas das autoridades carregam um caráter sensacionalista – e, possivelmente, muitas motivações escusas. Apesar disso, tratam de um fenômeno que de fato ocorreu na Cracolândia e foi possível de ser observado durante a pesquisa: desde o estabelecimento do De Braços Abertos, em janeiro de 2014, o *fluxo* aumentou, assim como o número de barracas, que pareciam não ser mais usadas apenas para moradia, mas também para o comércio informal²⁰. Esse cenário foi atribuído pelas autoridades municipais ao mau policiamento e por grande parte da mídia ao fracasso do programa municipal, como se as pessoas que estivessem montando os barracos nesse momento fossem as mesmas inclusas no projeto no início de 2014. Argumento, em oposição a essas perspectivas, que tanto o desenvolvimento de redes de comércio informal quanto a chegada de novas pessoas ao local são dinâmicas decorrentes das políticas de fixaram espacialmente a Cracolândia articuladas às de dispersão em outras regiões da cidade. Se a prática de dispersar deixa de ocorrer na Cracolândia, tal medida continua sendo usada em outras territorialidades.

As lógicas de *dispersão* e *concentração* operam, pois, de forma articulada, de modo que o deslocamento é resultado de uma política que induz a circulação das pessoas entre territorialidades por meio da interrupção ou instalação de programas assistenciais. Ou seja, na medida em que o Estado deixa de oferecer atendimento em um determinado ponto e impede as pessoas de permanecerem ali, elas passam a se fixar em outras localidades nas quais esses serviços estão presentes e não há rondas policiais constantes. Isto não significa que todos sigam necessariamente um circuito pré-estabelecido, mas suas trajetórias são fortemente condicionadas por essa dinâmica, uma vez que a busca por recursos é o que enseja a transição de um local para outro. Trata-se de um modo de gestão da população em que o Estado define e limita onde as pessoas podem ou não permanecer de acordo com a conjuntura e interesses situacionais, impondo às pessoas uma condição de circulação contínua e produzindo circuitos dentro do espaço urbano. E a Cracolândia configura-se como um ponto de concentração enquanto outros espaços como de dispersão.

Bibliografia

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 71-110, 2010.

²⁰ Conversando com pessoas que acompanham a dinâmica local, o jornalista Bruno Paes Manso afirmou, em dezembro de 2014, que todas haviam chegado à mesma conclusão de que “a venda da droga nunca esteve tão organizada”. Em campo, não foram poucas as vezes que ouvi relatos semelhantes de trabalhadores e ativistas, que entendiam o surgimento dos barracos como uma forma de esconder atividades ilícitas das câmeras da Guarda Civil Metropolitana.

DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press: Berkeley, Los Angeles e London, 2007.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, 2008, pp.19-52.

FASSIN, Didier [org]. *At the heart of the State: the moral world of institutions*. Londres: Pluto Press, 2015.

_____. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. University of California Press: Berkeley, 2012.

FRÚGOLI JR., Heitor & SPAGGIARI, Enrico. *Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz*, 2010.

MAGALHÃES, Taís Rodrigues Pereira. *Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulistana*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2016.

POOLE, Deborah. *Between Threat and Guarantee: Justice and Community in the Margins of the Peruvian State*. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah (ed.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: SAR Press, 2004.

RUI, Taniele. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp: Campinas, 2012.

SILVA, Eliane Alves da. *Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo*. Tese de doutorado defendida Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2011.

TELLES, Vera da Silva et al. *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista*. Projeto Temático – Fapesp, 2013.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2010.

_____. *Depois da “Operação Sufoco”*: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 2, Jul/Dez 2013, pp. 287-310.

SILVA, Selma Lima. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 2000.